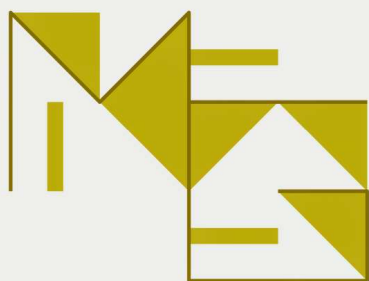




FENAPEF

FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS



M & G

CONSULTORIA
POLÍTICA

AGENDA SEMANAL

01 a 05 de dezembro
2025



Cenário Político

O início de dezembro marca a reta final dos trabalhos legislativos com uma semana de altíssima tensão institucional. O foco principal está no Senado, que decide o futuro da indicação de Jorge Messias ao STF em meio a um confronto aberto entre o presidente da Casa, Davi Alcolumbre, e o Palácio do Planalto. Em paralelo, a pauta de segurança pública avança com a votação do PL Antifacção.

A relação entre Executivo e Legislativo atinge um ponto crítico com a indicação de Messias. Contrariado por não ter emplacado Rodrigo Pacheco, Alcolumbre marcou a sabatina para o dia 10, mesmo sem o envio da mensagem presidencial, e divulgou nota com duras críticas ao governo. O Planalto, que vê o gesto como pressão por cargos e um "pedido de desculpas", avalia os riscos de um confronto direto, enquanto aliados do senador falam em dificuldades para aprovar o nome do AGU no plenário.

Na pauta legislativa, o destaque é o PL Antifacção, que chega à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado na quarta-feira (3). O relator, Alessandro Vieira, deve apresentar um texto com ajustes para corrigir excessos da versão da Câmara e incorporar sugestões do Ministério da Justiça, que criticou a redução de recursos para a Polícia Federal. A proposta é prioridade máxima diante do avanço do crime organizado.

Além disso, a semana terá negociações intensas sobre o Orçamento de 2026 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), com o governo tentando evitar a imposição de um calendário de emendas. Na economia, a divulgação do PIB do terceiro trimestre pelo IBGE na quinta-feira (4) trará um diagnóstico importante sobre a atividade econômica no fim do ano.

Pautas de Segurança no Congresso

Nesta semana de intensa articulação política, o Congresso Nacional prioriza o avanço das pautas de segurança pública em meio a um ambiente de tensão institucional entre o governo e as presidências das Casas Legislativas. Na Câmara, o foco recai sobre a PEC da Segurança Pública, cujo relatório do deputado Mendonça Filho deve ser apresentado aos líderes nesta terça-feira, com previsão de votação na comissão especial.

Perspectiva semanal

já na quinta-feira. A cúpula da Casa, liderada por Hugo Motta, trabalha para levar o texto ao plenário antes do recesso, embora ainda enfrente resistências de governadores e da oposição sobre a autonomia dos entes federados e a centralização de diretrizes pela União.

Simultaneamente, o Senado deve votar o Projeto de Lei Antifacção, agora sob relatoria de Alessandro Vieira, que busca sanar as divergências orçamentárias criadas pelo texto aprovado pelos deputados. Para resolver o impasse sobre o esvaziamento dos recursos da Polícia Federal, o relator articulou com o governo a criação de um novo fundo de combate ao crime organizado, financiado por uma CIDE incidente sobre o setor de apostas on-line. A expectativa é que o relatório seja votado na CCJ e no plenário do Senado na quarta-feira, em um esforço conjunto com o Executivo para recompor a capacidade de investimento federal na segurança e corrigir as distorções técnicas apontadas no projeto vindo da Câmara.

Crise Lula-Alcolumbre Atinge Ápice

A relação entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), deteriorou-se significativamente após a indicação de Jorge Messias, atual Advogado-Geral da União, para a vaga no Supremo Tribunal Federal (STF). Alcolumbre, que defendia a nomeação do senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), elevou o tom das críticas e divulgou uma nota dura acusando "setores do Executivo" de tentarem desvirtuar o debate institucional, insinuando que a divergência se resolveria por "ajuste de interesse fisiológico, com cargos e emendas". A declaração foi uma resposta a rumores de que o senador estaria dificultando a aprovação de Messias para negociar espaços no governo, como a presidência do Banco do Brasil.

Lula sinalizou a ministros que não procurará Alcolumbre até que o senador diminua as críticas, apostando na atuação de articuladores para baixar a temperatura. O governo tenta, nos bastidores, adiar a sabatina de Messias, marcada por Alcolumbre para o dia 10 de dezembro, por meio do atraso no envio da mensagem oficial de indicação ao Senado. A estratégia visa ganhar tempo para reverter um placar desfavorável no plenário, onde Messias precisaria de 41 votos, mas contaria hoje com apenas cerca de 30. Alcolumbre, contudo, ameaça manter a data da sabatina mesmo sem a mensagem formal, considerando a publicação no Diário Oficial suficiente.

Em meio ao impasse, aliados de Messias buscam votos na bancada evangélica, contando com a articulação discreta dos ministros André Mendonça e Nunes Marques, indicados por Bolsonaro. A aposta é que o perfil religioso de Messias possa atrair apoio desse grupo, apesar da resistência ideológica de senadores bolsonaristas. O governo também tenta distensionar a relação com a Câmara, após o rompimento do presidente Hugo Motta com o líder do PT, Lindbergh Farias, devido à votação do PL Antifacção.

Perspectiva semanal

A ministra Gleisi Hoffmann tem atuado para colocar "panos quentes" na crise, elogiando publicamente Alcolumbre, enquanto líderes governistas mapeiam insatisfações para tentar uma "cirurgia de muitos pontos" na articulação política.

Avaliação Semanal do Governo

POLÍTICA ↓

O cenário político em Brasília é marcado pelo anúncio do rompimento do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), com o líder do PT na Casa, deputado Lindbergh Farias (RJ).

No âmbito legislativo, o Congresso Nacional impôs derrotas ao Executivo ao derrubar vetos do presidente Lula relacionados ao novo marco do licenciamento ambiental e ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag). Simultaneamente, a indicação de Jorge Messias para a vaga aberta no Supremo Tribunal Federal enfrenta um ambiente de resistência no Senado.

ECONOMIA ↑

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), registrou um avanço de 1,3 ponto em novembro na comparação com outubro, alcançando a marca de 89,8 pontos.

Este resultado consolida a terceira alta consecutiva do indicador, que atinge seu maior nível desde dezembro de 2024. Na métrica de médias móveis trimestrais, o índice apresentou um crescimento de 1,2 ponto.

SOCIAL ↓

O mercado de trabalho brasileiro criou 85.147 novos empregos formais em outubro, conforme dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

O saldo do mês representou uma queda de 35,3% na comparação com outubro de 2024, quando foram criadas 131.603 vagas. No acumulado de janeiro a outubro deste ano, o resultado é positivo em 1.800.650 postos de trabalho, um volume 15,3% menor que o registrado no mesmo período do ano passado.

Notícias da Semana



Alcolumbre vê interferência do governo Lula e defende prazo acelerado para Messias

FOLHA DE S.PAULO



Senado deve votar PL Antifacção e Câmara mira avançar com PEC da Segurança



Lula discute segurança pública com Haddad, Lewandowski e ministros do Planalto

veja



PEC da Segurança Pública e PL Antifacção entram na pauta do Congresso, e Planalto tenta evitar novos reveses

O GLOBO



PL Antifacção é destaque na pauta da semana no Senado

CONGRESSOemFOCO



PL Antifacção: governo apoia novo fundo de combate ao crime organizado





CPI do Crime Organizado (CPICRIME)

Quarta-feira (03) - 09h - Local : Plenário n° 6

Oitiva de Cláudio Castro, Governador do Estado do Rio de Janeiro, e do Victor Cesar Carvalho dos Santos, Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Convidados:

- **Cláudio Castro - Governador do Estado do Rio de Janeiro**
- **Victor Cesar Carvalho dos Santos – Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro**

Comissão de Constituição e Justiça...(CCJ)

Terça-feira (02) - 09h - Local : Plenário n° 3

Instruir o Projeto de Lei n° 5582, de 2025, que “institui o marco legal do combate ao crime organizado no Brasil; tipifica os crimes de domínio social estruturado e de favorecimento ao domínio social estruturado; e altera os Decretos-Leis n°s 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e as Leis n°s 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 11.343, de 23 de agosto de 2006, 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 9.613, de 3 de março de 1998, e 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral)”.

Convidados:

- **Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública**
- **Representante da Receita Federal**
- **Representante do Departamento de Polícia Federal**
- **Representante do Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública (Conesp)**
- **Representante do Conselho Nacional de Chefes de Polícia Civil (CNCPC)**
- **Representante do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares do Brasil (CNCG)**
- **Representante do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP)**
- **Representante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**
- **Representante do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)**
- **Representante do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais de Justiça dos Estados e da União (CNPGE)**
- **Representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)**
- **Representante do Banco Central do Brasil**
- **Representante do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf)**
- **Representante da Conectas Direitos Humanos**



Comissão de Constituição e Justiça...(CCJ)

Terça-feira (02) - 11h - Local : Plenário nº 9

REQ 29/2025 - Audiência Pública para debater os impactos técnicos e institucionais do Decreto nº 12.345/2024

REQ 29/2025 - Jorge Seif (PL-SC) - Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de ouvir representantes da Polícia Federal e do Exército Brasileiro para obter esclarecimentos técnicos e institucionais sobre os impactos do Decreto nº 12.345, de 30 de dezembro de 2024.

Comissão de Direitos Humanos (CDH)

Terça-feira (02) - 11h - Local : Plenário nº 2

PL 366/2022 - Cria a Política Nacional de Segurança dos Povos Indígenas

PL 366/2022 - Senador Telmário Mota (PROS/RR) - Cria a Política Nacional de Segurança dos Povos Indígenas.

Relatora: Senadora Damares Alves

Parecer: pela aprovação com emendas.

Comissão Especial PEC 18/2025

Terça-feira (02) - 10h - Local : Plenário 02

Audiência Pública

Tema: Competências federativas na segurança pública sob a ótica estadual

Convidados:

- RONALDO CAIADO, Governador do Estado do Goiás (confirmado) - REQ 7 e 17;
- TARCÍSIO DE FREITAS, Governador do Estado de São Paulo (confirmado) - REQ 17 E 59;

Comissão Especial PEC 18/2025

Quarta-feira (03) - 14h30 - Local : Plenário 06

Audiência Pública

Tema: Competências federativas na segurança pública

Convidado:

RICARDO LEWANDOWSKI, Ministro da Justiça e Segurança Pública

Comissão de Segurança Pública... (CSPCCO)

Terça-feira (02) - 14h - Local : Plenário 06

PL 2468/2025 - Assegura assistência jurídica a policial acusado

PL 2468/2025 - Dispõe sobre assistência jurídica aos policiais civis e federais em situações decorrentes do exercício de suas funções.

Relator: Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP)

Parecer: pela aprovação deste com substitutivo.



FENAPEF

**FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS**



M & G
CONSULTORIA
POLÍTICA



moreiraegregorio.com.br



[linkedin.com/moreiraegregorio](https://www.linkedin.com/moreiraegregorio)



(61) 98126-3938



moreiraegregorio@gmail.com



SHIS QI 07, Conjunto 10, Casa 01,
Lago Sul - Brasília, Distrito Federal -
CEP: 71.615-300

*Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais.
Desenvolvido por Moreira&Gregório Consultoria Política. Direitos reservados.*